



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 15 DE MARÇO DE 1995

Senhores Ministros; Senhores Presidentes e Dirigentes das Empresas Estatais brasileiras; Senhoras e Senhores;

Eu queria iniciar esta reunião e dirigir umas poucas palavras a Vossas Senhorias a respeito das razões pelas quais nós os estamos convocando.

É oportuno que aqueles que têm responsabilidades de condução da política econômica na área do setor produtivo estatal, assim como os ministros das áreas pertinentes, participem, neste momento, das diretrizes que o Governo está imprimindo na nossa política econômica.

Acredito que estamos numa fase muito promissora no Brasil. Mas numa fase que, por ser promissora, não nos deve enganar quanto às nossas responsabilidades no que diz respeito à consolidação da estabilização econômica. Os êxitos alcançados pelo Plano Real, desde o Governo Itamar Franco, abriram momentos de grande expectativa e esperança para o Brasil, para o povo brasileiro.

Não vou aqui me referir a dados por todos conhecidos, mas é evidente que o Brasil mudou, e mudou para melhor. Aumentou a confiança no seio da população; as expectativas dos investidores aumentaram

favoravelmente; nós conseguimos ampliar a participação das camadas mais pobres no consumo; houve uma efetiva distribuição de bem-estar, medida por indicadores muito simples, como, por exemplo, o consumo de alimentos básicos. Ao mesmo tempo, foi possível, graças a um conjunto de medidas que vêm sendo tomadas ao longo do tempo, fazer com que tudo isso ocorresse mantendo-se a inflação sob controle.

Há muitos anos o Brasil não experimentava um período tão prolongado de expectativa de inflação baixa. Isso, entretanto, é um começo. O processo inflacionário é insidioso. As possibilidades de redistribuição de renda e a necessidade de fazê-la também constituem um imperativo. E também é um processo longo. E as mudanças estruturais são necessárias para que nós possamos assegurar a continuidade neste programa de estabilização.

Ninguém aqui tem a ilusão de que, porque se conseguiu durante algum tempo manter a inflação sob controle, não seja preciso mais tomar medidas para que ela continue sob controle, sobretudo pensando no bem-estar da população, o qual se assegura, num primeiro momento, por intermédio do controle da inflação. Que ninguém se iluda a respeito disso.

Nós vivemos, no passado, conjunturas nas quais se pensava que fosse possível, ao mesmo tempo, crescer a economia e manter a inflação a taxas elevadas. Era possível, mas enriquecia aqueles que já tinham riqueza e empobrecia os mais pobres. Desde o Governo Itamar Franco nós mudamos essa orientação. Temos uma orientação decididamente social, e, porque é social, não é demagógica. Tomamos as medidas, mesmo quando sejam aparentemente duras, para garantir a continuidade do processo.

Não podemos tapar o sol com a peneira. Houve uma crise em alguns outros países, na nossa área, e mesmo em alguns que estão fora da América Latina, indicando que existem problemas no nível da economia internacional, sobretudo no que diz respeito aos processos de financiamento de curto prazo. E nós temos uma posição excepcionalmente favorável, no Brasil, para que – tomando, como estamos tomando, as medidas pertinentes – ao final desta crise, que não nos atingiu de forma direta, senão que apenas indiretamente, nós possamos sair ainda

mais fortalecidos, desde que nós atuemos. E o Governo vai atuar, como já está atuando.

Não é de bom-tom que o presidente de uma república se refira a outras repúblicas, mas os jornais estão mostrando as dificuldades de outros países. Por sorte, as medidas recentemente tomadas pelo governo argentino, que também se antecipou à crise, permitiram desanuviar o horizonte e terão conseqüências positivas, não só para a Argentina, como também para o Brasil.

Basta ler os jornais para verificar que os países que não tiveram a coragem de tomar essas medidas no momento adequado e que se iludiram com um controle aparente de todos os fatores que influenciam não só a inflação, mas a condução da política econômica estão hoje diante de graves crises sociais.

Isso não vai ocorrer no Brasil. Ao contrário do que os ingênuos, ou mesmo os de má-fé dizem quando, na televisão, propagam que a política que nós estamos conduzindo é a que vai levar à desorganização política e social, aqueles países que hoje sofrem desses problemas foram precisamente os que não tiveram condições para enfrentar, em tempo oportuno, os problemas sérios e cruzaram os braços diante de uma aparente bonança. Nem o Governo do Presidente Itamar Franco nem o meu jamais cruzaram os braços diante de aparente bonança. Nós nunca cantamos loas às vitórias conquistadas, sempre continuamos a pregar a necessidade de novas batalhas.

O Governo acabou de superar uma dificuldade de um ataque especulativo à moeda, ao Real. O País inteiro viu que – mesmo diante da pouca percepção de certos setores, que ocasionaram outras dificuldades no mesmo momento em que lutávamos contra uma crise especulativa –, apesar disso, com tranquilidade, superamos a crise especulativa. E aqueles que quiseram ganhar dinheiro com avidez, não se preocupando em pensar nas conseqüências, sobre a população, do que teria sido a deterioração das condições de manutenção do Plano Real, estão hoje pagando um certo preço pela sua aventura especulativa. E esse preço ainda é pouco, diante da ameaça que organizaram, consciente ou inconscientemente, contra os interesses do País.

O fato de termos conseguido superar essa dificuldade ocasional mostra que o Governo está atento e, por estar atento, o Governo sabe, também, que, neste momento, a batalha a travar é principalmente no plano fiscal. E nós vamos travá-la. Vamos travá-la porque nós todos sabemos que, ou aumentamos a produtividade da nossa economia, sobretudo do setor produtivo estatal, que tem um peso enorme na economia brasileira e que é responsabilidade direta nossa, dos aqui presentes; ou aumentamos a produtividade, repito, sem aumentar os gastos com pessoal – portanto, aumentamos efetivamente a produtividade, racionalizando mais as nossas decisões e o nosso processo produtivo –, ou nós nos modernizamos mais, ou a sociedade paga o preço de uma aparente facilidade que nós dermos hoje.

O Brasil não pode conviver com taxas de crescimento baixas, o Brasil não pode conviver, nem vai, com taxas de desemprego crescentes. Para isso, nós temos que, desde já, tomar as medidas pertinentes. Essas medidas são de contenção. É preciso conter hoje para evitar que amanhã não haja nem contenção, mas desorganização, que leve a uma queda geral da produtividade, a uma queda geral das condições de crescimento da economia.

Temos que nos antecipar às conjunturas. E estamos nos antecipando o tempo todo. O Brasil já está se acostumando a um estilo de governo que não é o estilo de governo que está sempre à beira da crise, mas, sim, aquele que toma as medidas necessárias, no tempo oportuno, com tranquilidade e explicando ao País e a cada um por que as está tomando.

Esta reunião desta manhã é para que os Senhores Dirigentes das empresas estatais e os Ministros das áreas pertinentes discutam as medidas que tomarão em suas empresas. Medidas que vão implicar, realmente, redução de gastos, para poder aumentar o investimento no momento oportuno. Medidas que têm que ser vistas, não isoladamente, de cada empresa de per si, mas que têm que ser vistas do contexto da economia nacional. Medidas que podem ser pensadas em termos não do bem-estar dos funcionários e dos trabalhadores de uma empresa, mas do conjunto da população brasileira; que não podem ceder a ímpetos corporativistas fáceis de serem atendidos em algumas das empresas, mas que têm um custo alto para o resto da população.

Nós vamos tomar essas medidas. O Presidente que aqui toma assento nesta cadeira, hoje, tem um longo percurso pessoal no trato com essas questões e na defesa do interesse popular, sabe distinguir perfeitamente o que é interesse realmente popular do que é interesse de pequenos grupos e não tem medo de enfrentar os interesses de grupos privilegiados, quaisquer que eles sejam, desde que esteja convencido de que está agindo em função do interesse da maioria, do interesse popular. Eu disse isto no meu discurso de posse: que, quando houvesse dúvida entre um setor privilegiado e a maioria, eu ficaria sempre com a maioria.

Pois bem, os senhores aqui dirigem setores que têm condições melhores do que a maioria da população brasileira. E é bom que assim seja. Mas, para que possa ser assim, de uma maneira conseqüente, as medidas têm que ser tomadas já.

A questão fiscal, hoje, é central para o programa de estabilização. Portanto, são essas medidas da questão fiscal que nós vamos discutir esta manhã aqui. O Governo está empenhado em modificações estruturais no Brasil, está enviando ao Congresso algumas medidas nessa direção. Faço questão de insistir: não tolerarei que as empresas do Governo trabalhem contra o Governo, não tolerarei. E tenho certeza de que contarei com o apoio dos diretores e presidentes dessas organizações, até porque, se não estiverem agindo assim, é porque não participam do Governo, e terão as conseqüências imediatas daqueles que não têm solidariedade para com o Governo. Quem participa de um governo participa de um caminho de dupla mão: tem a confiança do Presidente, mas também tem que ter a confiança no Presidente. E isso será exercido com muita tranqüilidade, mas com muita firmeza.

Não quero ver dinheiro público sendo usado para campanhas contra o Governo. Não quero ver as empresas do Governo subsidiando, direta ou indiretamente, campanhas contra aquela que é a posição do Governo, que foi eleito, que teve o respaldo de 34 milhões de brasileiros, maioria absoluta, e que, ao fazer a campanha, disse o que faria. Portanto, não é um cheque em branco: é uma determinação, é um mandato do povo para fazer as modificações que estão sendo feitas. Quem estiver contra elas está contra a maioria. E, na democracia, vige a regra da maioria.

O Governo, ao apresentar as suas propostas de reforma ao Congresso, sabe que o Congresso é autônomo, soberano e exercerá sua soberania. E o Governo, obviamente, respeitará a soberania do Congresso. O Governo sabe perfeitamente que o Congresso modificará as suas propostas, e é bom que o faça. Mas o Governo é uno, tem uma só palavra, pelos seus líderes, pelos seus ministros, pelo seu Presidente. Não pode haver divisão no ponto de vista governamental. Pode haver é negociação entre o Governo e as outras forças que compõem o Congresso Nacional. E haverá. Não se faz uma modificação constitucional sem que haja a compreensão dos interesses diversos do País. Mas a diversidade do País não pode se espalhar dentro do comando do Governo.

Então, essas questões, que podem parecer óbvias, neste momento precisam ser postas com muita clareza. Tenho confiança e tenho certeza de que os senhores que dirigem e que têm dirigido com tanta competência o setor produtivo estatal, setor esse que permitiu ao Brasil crescer como cresceu – e quem fala aqui não tem nenhum preconceito antiestatal nem antiempresa produtiva do Estado; tem, isto sim, uma forte vinculação com os interesses nacionais e populares, e, portanto, quer ver esse setor produtivo cada vez mais ligado aos interesses nacionais e populares – tenho certeza de que os senhores que aqui estão nos ajudarão nesta fase do Brasil, até porque é um dever imperativo, eu diria até patriótico, com tantas possibilidades que nós temos. Ainda agora, não há dia em que eu não receba alguém que vem me dizer que vai aumentar os investimentos no Brasil. Não há dia. Com tantas possibilidades, com tanta potencialidade de crescimento, com tanta vontade desse povo de dar certo, a nossa responsabilidade é imensa. Tenho certeza de que nós teremos o valor, a fibra, a coragem de não ceder às facilidades e de fazer o que é necessário.

Termino dizendo uma frase que tenho dito no decorrer de todo o tempo de que participo da política: a política não é a arte do possível, é a arte do necessário. O possível é fácil, mas nós temos que alargar as fronteiras do possível. E, para alargá-las, temos que fazer o que é necessário. Agora vai ser necessário haver uma política muito coordenada, uma política firme, de contenção, para continuarmos crescendo. Não é

contenção para provocar a recessão: é contenção para impedir que amanhã, queiramos ou não, sejamos todos engolfados numa situação que não apraz e não interessa a ninguém.

Temos tempo, vamos atuar.

Quero agradecer a presença de todos e exortá-los a que, junto com a vontade do povo deste país, se alinhem a essa grande tarefa de transformação do Brasil, que nós estamos começando.

Eu pediria, então, agora, que a imprensa nos permitisse trabalhar sozinhos, porque nós vamos entrar numa fase deliberativa. Muito obrigado aos senhores da imprensa.